

N. F. Nº - 092268.0590/24-0
NOTIFICADO - RAIA DROGASIL S.A.
NOTIFICANTE - IVA BRANDÃO OLIVEIRA
ORIGEM - DAT SUL / IFMT SUL
PUBLICAÇÃO - INTERNET: 07/07/2025

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF Nº 0118-04/25NF-VD**

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO ANTES DA ENTRADA NO ESTADO. À época da ação fiscal o contribuinte se encontrava credenciado no Cadastro de Contribuintes do Estado da Bahia de recolher a antecipação do ICMS em momento posterior, por força de Decisão Judicial. Prejudicadas a análise das demais razões de defesa. Notificação Fiscal **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Notificação Fiscal, lavrada em 05/07/2024, decorrente da fiscalização de trânsito de mercadorias ocorrida no Posto Fiscal Eduardo Freire, Mucuri (BA), para constituir crédito tributário no valor de R\$ 22.204,02, sendo R\$ 13.877,51 de ICMS e R\$ 8.326,51 da multa de 60%, tipificada no art. 42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96, conforme documentos às fls. 3 a 11 dos autos, em razão da seguinte irregularidade:

INFRAÇÃO 01 - 054.005.010: Falta de recolhimento do ICMS referente à antecipação tributária total, em aquisição interestadual ou do exterior, de mercadorias enquadradas pela legislação interna no regime de substituição tributária, por contribuinte não inscrito, inapto ou que não preencha os requisitos previstos na legislação fiscal.

Consta da “Descrição dos fatos”:

“Falta de recolhimento do ICMS ref. à antecipação tributária total, em aquisição interestadual, DANFE nº 114.974, de mercadorias enquadradas pela legislação interna no regime de substituição tributária, por contribuinte em situação fiscal de descredenciamento por restrição em dívida ativa, conforme Termo de Ocorrência Fiscal nº 1524771315/24-9, em anexo.”

O autuado, através de seus representantes legais, ingressou com impugnação ao lançamento de ofício, às fls. 16 a 26 dos autos, onde após sinopse da acusação de que o imposto seria devido antecipadamente porque o centro de distribuição estaria inapto em decorrência da suposta situação irregular no cadastro de contribuintes do Estado da Bahia, aduz que a exação não pode prosperar eis que na data da autuação a situação cadastral do estabelecimento autuado era regular, tendo o imposto exigido sido integralmente recolhido aos cofres públicos, já que a impugnante manteve sua apuração mensal normalmente.

Aduz ainda que, não fosse isso suficiente, o fato é que a multa de 60% aplicada sequer era devida no ingresso da mercadoria, mas, sim, no dia 09 do mês subsequente ao de sua entrada, dada a regularidade cadastral e fiscal do contribuinte, sendo manifestamente confiscatória.

Noutra versão, diz que, na data da lavratura da autuação, a situação cadastral do estabelecimento era regular, eis que, apesar do agente fiscal não enumerar as autuações que estariam inscritas em dívida ativa, o fato é que já havia distribuído ação judicial e apresentado garantia em face dos PAFs nºs: 298941.0117/23-4, 093898.0002/23-5, 092548.0062/23-7, 092558.0066/23-4, 298628.0671/23-2 e 298941.0136/23-9, conforme diz comprovar a decisão judicial anexada à defesa, no sentido de determinar que o contribuinte não poderia ser descredenciado do regime especial de recolhimento de que trata o Decreto estadual 11.872/2009, em razão dos referidos débitos, de forma

que jamais poderia ter sido a impugnante autuada para recolher o imposto antes do ingresso da mercadoria no território baiano no caso concreto, já que seu credenciamento no regime especial de recolhimento estava ou deveria estar ativo no sistema da Secretaria da Fazenda.

Registra que a 5ª e 6ª JJF já anularam dezenas de autuações idênticas, conforme Acórdãos nºs: 0340-06/23NF-VD e 0027-05/24NF-VD, anexas à defesa, por ter averiguado que o débito que constava no sistema da Secretaria da Fazenda como impeditivo para o credenciamento estava garantido e em discussão judicial, de forma que as autuações foram canceladas, dada a invalidade da exigência do imposto por antecipação, sendo a cobrança, na forma realizada, inquinada de nulidade, devendo ser cancelada, em vista da evidente ilegalidade da exigência do imposto antes do ingresso no território baiano pela suposta irregularidade cadastral, enquanto o documento fiscal comprova que no dia da autuação sua situação cadastral estava regular.

Reafirma que, mesmo superado o argumento supra, já apurou e pagou o imposto devido na autuação, do que anexa planilha discriminativa com a apuração para o período de julho de 2024, que incluiu a apuração do tributo devido nos documentos fiscais, objetos da autuação, com os devidos comprovantes de pagamento.

Registra, ainda, que o autuante desconsiderou na apuração a redução do ICMS decorrente do benefício de que trata o Termo de Acordo prescrito no art. 1º, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 11.872/09.

Também alega invalidade do procedimento de conversão do Termo em autuação, não respeitando o prazo mínimo legal previsto, a fim de implementar a exigência, o que também reforça a invalidade de tais débito constarem como impeditivo e, conseqüentemente, fazerem com que seja descredenciada do regime especial de recolhimento do ICMS, já que transcorrido o prazo de 90 dias da lavratura da autuação e a ciência desta autuação no sistema DTE da impugnante, em desatendimento ao comando legal do art. 28, § 1º, do Decreto nº 7.629/99.

Em seguida, subsidiariamente, alega o caráter confiscatório da multa e impossibilidade de aplicação de juros sobre tal penalidade, do que cita legislação, doutrina e jurisprudência.

Do exposto, requer provimento da impugnação para o cancelamento da autuação, por se encontrar na data em situação cadastral regular; assim pela comprovação do pagamento do tributo ou, ainda, pela desconsideração do autuante quanto à redução da base de cálculo do imposto de que trata o Decreto nº 11.872/09. Subsidiariamente, requer o cancelamento parcial do lançamento em razão do reconhecimento do caráter confiscatório da multa imposta e da invalidade da aplicação de juros moratórios sobre tal penalidade, do que anexa documentos às fls. 27 a 51 dos autos.

O autuante, em sua informação fiscal às fls. 56/57 dos autos, mantém a exação em razão de que:

1. A situação cadastral do contribuinte era de descredenciado para recolhimento posterior, no momento da ação fiscal (fl. 8), cuja existência de único débito inscrito em dívida ativa já é condição suficiente para descredenciamento do contribuinte;
2. Conforme preconiza o art. 332 do RICMS/BA, o contribuinte inscrito em dívida ativa perde o prazo de pagamento na apuração mensal, devendo realizar o pagamento do ICMS por antecipação antes da entrada da mercadoria em território estadual;
3. A redução da base de cálculo foi concedida às mercadorias beneficiadas, conforme memória de cálculo (fls. 2 e 3).
4. Não tem competência para se pronunciar sobre a alegação de que a multa é confiscatória e que existe previsão de redução, conforme a data do pagamento, como explicitado à fl. 2 dos autos.

É o relatório.

VOTO

Na Notificação Fiscal o autuado foi acusado de não ter recolhido ICMS devido por antecipação tributária, antes da entrada neste Estado, nas aquisições interestaduais, por estar descredenciado,

em razão de se encontrar com débito em dívida ativa, em consequência, sem direito ao benefício fiscal previsto no art. 3º, II, do Decreto nº 11872/09, relativo aos DANFE nº: 114.974, cuja norma, em seu art. 1º, instituiu regime especial de tributação ao distribuidor de medicamentos localizado neste Estado, mediante credenciamento, nas importações e aquisições interestaduais dos produtos farmacêuticos medicinais de uso não veterinário relacionados, para atribuição da responsabilidade pela antecipação tributária do ICMS relativa às operações subsequentes nos termos deste Decreto, tendo no aludido art. 3º, inciso II, estipulado que somente será credenciado o contribuinte que não possua débito inscrito em Dívida Ativa, a menos que a sua exigibilidade esteja suspensa.

Dentre suas razões de defesa, o notificado alega que na data da lavratura da autuação a situação cadastral do estabelecimento era regular, eis que já havia distribuído ação judicial e apresentado garantia em face dos PAF de nºs: 298941.0117/23-4, 093898.0002/23-5, 092548.0062/23-7, 092558.0066/23-4, 298628.0671/23-2 e 298941.0136/23-9, para comprovar com a decisão judicial, anexa à defesa, no sentido de:

*“Do exposto, com arrimo no art. 300 do Código de Processo Civil em cotejo com o art. 151, inciso VI do Código Tributário Nacional, **CONCEDO A TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA** para determinar que os débitos decorrentes dos PAFs 298941.0117/23-4, 093898.0002/23-5, 092548.0062/23-7, 092558.0066/23-4, 298628.0671/23-2 e 298941.0136/23-9 não sejam usados para o descredenciamento da requerente do regime especial de recolhimento de que trata o Termo 11289120233, mediante o oferecimento do seguro garantia. Determino ainda a exclusão do apontamento do débito perante o Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin Estadual e que os débitos em apreço não impeçam a renovação da certidão de regularidade fiscal estadual essencial às atividades da requerente.”*

Da análise da decisão judicial da 3ª Vara da Fazenda Pública de Salvador, às fls. 45 a 47 dos autos, Processo de TUTELA cautelar antecedente nº 8083527-50.2024.8.05.0001, ajuizado pela Raia Drogasil S.A., referente aos citados PAF, em que pese a douta magistrada, em 14 de julho de 2024, ter decidido pela suspensão da exigibilidade dos créditos tributários, determinando que o Estado da Bahia se abstenha de descredenciar o sujeito passivo do regime especial de recolhimento previsto no Decreto 11.872/09, verifica-se que tal decisão foi prolatada após o fato existencial que motivou esta Notificação Fiscal, ocorrido em 04/07/2024, conforme Termo de Ocorrência Fiscal às fls. 04 dos autos e, nesta condição, não servia de manto para acobertar o defendente.

Contudo, considerando que em outros processos administrativos fiscais, contra o próprio estabelecimento autuado, noticiam a existência da decisão judicial decorrente do Processo sob TUTELA cautelar antecedente de nº 8029486-36.2024.8.05.0001 da 3ª Vara da Fazenda Pública de Salvador, como também de nº 8030879-93.2024.8.05.0001 da 4ª Vara da Fazenda Pública de Salvador, referente a 32 PAF, ambos datados de 07 de março/2024, cujas decisões restabeleciam o status de credenciado no Regime Especial de recolhimento do imposto, previsto no Decreto nº 11.872/2009, vislumbro que, à época da ação fiscal, ocorrida em 04/07/2024, o estabelecimento autuado não se encontrava descredenciado no Cadastro de Contribuintes da Bahia, não só pelo histórico apontado, mas, especialmente, por força da decisão judicial 8055207-87.2024.8.05.0001, de 14/05/2024, às fls. 48 a 51 do PAF nº 298942.0611/24-0, no qual determinava:

*“Do exposto, **CONCEDO A MEDIDA LIMINAR** para determinar, em face do depósito do débito, a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários decorrentes dos PAFs 092579.0049/23-9, 092579.0132/23-3 e 092579.0161/23-3, não podendo os referidos débitos serem usados para o descredenciamento da requerente do regime especial de recolhimento de que trata o Termo 11289120233 nem impedirem a renovação da certidão de regularidade fiscal estadual em favor da requerente.*

Determino ainda a exclusão do apontamento do débito perante o Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin Estadual.”

Sendo assim, por se tratar de condição existente no ato da ação fiscal, ou seja, em 04/07/2024 (fl. 4) o contribuinte se encontrava restabelecido do status de credenciado, eis que, com o pedido da tutela antecipada deferida por meio de decisão judicial, restou suspensa a exigibilidade dos créditos tributários que ensejaram o descredenciamento do benefício fiscal, inclusive como previsto no art. 3º, II, do Decreto nº 11872/09, e nos termos do art. 151, V, do CTN, a saber:

Decreto nº 11872/09

Art. 3º Somente será credenciado o contribuinte que:

[...]

II - não possua débito inscrito em Dívida Ativa, a menos que a sua exigibilidade esteja suspensa;

CTN

Art. 151. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

[...]

V – a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial;

Diante de tais considerações, constatado que, em 14/05/2024, por decisão judicial foi determinada a exclusão de apontamento do Cadastro do contribuinte que impeça a renovação de certidão de regularidade fiscal estadual essencial às atividades da REQUERENTE, tal fato impactou na ação fiscal, objeto desta Notificação Fiscal, ocorrida em 04/07/2024, conforme Termo de Ocorrência Fiscal à fl. 4 dos autos, no qual se consignou a motivação da exação o fato de o contribuinte se encontrar descredenciado do benefício fiscal de recolher a antecipação do ICMS em momento posterior, o que vale dizer que o notificado, à época da ação fiscal sob análise, não se encontrava descredenciado no Cadastro de Contribuintes do Estado da Bahia, por força da decisão judicial.

Registre-se que os lançamentos de ofícios subsequentes àqueles constantes da tutela antecipada decorreram do não atendimento da decisão judicial no sentido de o ente tributante se abster de descredenciar o contribuinte do dito regime, ensejando efeito cascata para as demais notificações fiscais, ao manter a configuração no sistema, apesar da legislação própria e as decisões judiciais determinarem o contrário.

Logo, nesta condição, o prazo para pagamento do imposto, em análise, é aquele previsto no art. 332, § 2º, do Decreto nº 13.780/12, ou seja: “... até o dia 25 do mês subsequente ao da data de emissão do MDF-e vinculado ao documento fiscal ...”, e não antes da entrada no território deste Estado, como procedeu a fiscalização.

Em consequência, restam prejudicadas as análises das demais razões de defesa.

Do exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal, pois, no momento da ação fiscal, ora sob análise, o contribuinte se encontrava com a exigibilidade do débito inscrito em Dívida Ativa suspensa, em decorrência de decisões judiciais ter deferido ao pedido de aceite da garantia oferecida, sendo restabelecida sua condição cadastral, inclusive como previsto no art. 3º, II, do Decreto nº 11872/09 e no art. 151, V, do CTN.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância ÚNICA, julgar **IMPROCEDENTE** a Notificação Fiscal nº 092268.0590/24-0, lavrado contra **RAIA DROGASIL S.A.**

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 16 de junho de 2025.

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA – PRESIDENTE

FERNANDO ANTÔNIO BRITO DE ARAÚJO – RELATOR

MARIA AUXILIADORA GOMES RUIZ – JULGADORA